

ÍNDICE

CAPÍTULO I

DA INDEPENDÊNCIA DO ADVOGADO, EM GERAL

A. Conceito genérico	9
B. Sistemas que consagram e não consagram a independência	11
C. O sistema português. Razão de ordem	15
D. Garantias da independência	27
E. Razão de ser genérica da independência	29
F. Vectores específicos da independência	33

CAPÍTULO II

DA INDEPENDÊNCIA DO ADVOGADO, FACE AO CLIENTE

G. Ponto prévio: delimitação do conceito de "cliente" usado	37
H. Razões genéricas da independência, e específicas da que se refere ao cliente. Remissão	43

I. Das razões específicas da independência perante o cliente	45
J. Limitações gerais e especiais da independência do advogado para com o cliente	59
K. Esboço de uma tipologia de possíveis conflitos entre advogado e cliente, a propósito da independência daquele	63
1. Preliminares	63
2. Classificação dos conflitos	65
3. Conflitos quanto à <i>matéria</i>	75
3.1 Conceito de <i>fins e meios</i>	75
3.2 Classificação de <i>fins e meios</i>	76
3.3 Linha geral de conduta do advogado	77
3.4 Hipóteses de conflitos quanto à <i>matéria</i> ..	80
3.4.1 <i>Fins</i> ou <i>meios</i> ilegais	80
3.4.2 <i>Fins</i> ou <i>meios</i> legais	83
3.4.3 Uso de <i>meios</i> à margem do advogado	84
a) Procedimentos sem interferência na actuação do advogado	86
b) Procedimentos com interferência na actuação do advogado	87
b1) Inutilização total da actuação	87
b2) Inutilização parcial da actuação	87
b2.1) Boa fé do cliente	88
b2.2) Má fé do cliente	89
4. Conflitos quanto a honorários	90
4.1 Princípios gerais sobre a fixação de honorários	90

4.2 Razão de ser do regime de fixação	93
4.3 Hipóteses de conflitos quanto a honorários	100
5. Localização temporal dos conflitos	103
5.1 Conflitos ocorridos antes de actuação do advogado	103
5.2 Conflitos ocorridos durante ou após actuação do advogado	105
L. Dialéctica entre advogado e cliente, quanto a certos aspectos gerais condicionantes da prestação de serviços por aquele	109
1. Preliminares	109
2. O cliente com solicitações extemporâneas	110
3. O cliente com permanentes alterações de vontade	112
4. Desconformidades ao real, por motivo inerente ao cliente	114
4.1 Delimitação da análise	114
4.2 Quando surge a inexactidão, como problema para o advogado?	118
4.3 O advogado será titular de um <i>direito à verdade</i> ?	118
4.4 Bosquejo tipológico das inexactidões veiculáveis pelo cliente	120
4.4.1 Alterabilidade do curso dos assuntos	121
4.4.2 Voluntariedade da inexactidão	121
4.4.3 Conhecimento dos prováveis efeitos da inexactidão	122
4.4.4 Convicção da não alteração do curso dos assuntos	123

4.4.5	Peso dos interesses em jogo	123
4.4.6	Irreversibilidade das consequências da inexactidão	123
4.4.7	Motivo conducente à inexactidão ..	124
4.4.8	Grau de inexactidão	124
4.4.9	Dificuldade do cliente em conseguir patrocínio	125
4.4.10	Confissão da inexactidão	125
4.5	Postura do advogado face às inexactidões	125
M.	O advogado, figura favorecida ou desfavorecida na economia da lei?	129
N.	No interesse de quem é estabelecida a independência do advogado?	133
ÍNDICE		139

NOTA — Já depois de o texto se encontrar composto e a entrar na impressão, foi publicado o Decreto-Lei n.º 102/92, de 30 de Maio; que, *inter alia*, veio alterar a tabela de honorários anexa ao Decreto-Lei n.º 391/88, de 26 de Outubro, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 112/89, de 13 de Abril.